

Se possível, quando depender de vós, tende paz com todos: o chamado cristão à justiça e à paz no horizonte da ODS 16

If possible, when it depends on you, be at peace with everyone: the christian call to justice and peace on the horizon of SDG 16

Eneida Correa de Souza Campos¹

 <https://orcid.org/0009-0007-1886-5212>

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão teológica, sobre o papel das instituições cristãs, na promoção da paz e da justiça global, em diálogo com as metas da ODS 16 da ONU. A metodologia é de caráter ensaístico e analítico, fundamentada em revisão bibliográfica e diálogo entre teologia, ética cristã e ciências sociais. Justifica-se pela urgência de repensar o papel público da religião cristã diante da escalada da violência, das crises globais e institucionais. O objetivo é demonstrar como a religiosidade cristã, inspirada em Romanos 12:18, pode contribuir para a construção de sociedades mais justas e pacíficas. Os resultados esperados apontam para a valorização da fé cristã como força ética e transformadora. Destacam-se Morin (2011), Fraser (2022), Montero (2012), Tolstói (1994), Murad (2019) e Cafezeiro et al. (2020), dentre outros referenciais teóricos que embasaram esse estudo.

Palavras-chave: Instituições cristãs. Religiosidade cristã. Justiça. Paz. ODS 16.

Abstract: This article proposes a theological reflection on the role of Christian institutions in promoting peace and global justice, in dialogue with the goals of UN SDG 16. The methodology is essayistic and analytical in nature, based on a literature review and dialogue between theology, Christian ethics, and social sciences. It is justified by the urgency of rethinking the public role of the Christian religion in the face of escalating violence and global and institutional crises. The objective is to demonstrate how Christian religiosity, inspired by Romans 12:18, can contribute to the construction of more just and peaceful societies. The expected results point to the valorization of the Christian faith as an ethical and transformative force. Morin (2011), Fraser (2022), Montero (2012), Tolstoy (1994), Murad (2019), and Cafezeiro et al. (2020), among other theoretical references, are highlighted as the basis for this study.

Keywords: Christian institutions. Christian religiosity. Justice. Peace. SDG 16.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) ; E-mail: eneidacscampos@gmail.com

Introdução

Vivemos um tempo de incertezas e rupturas, marcado pela escalada dos conflitos armados, da violência simbólica e da crise de confiança nas instituições políticas e sociais. O século XXI, que prometia consolidar a paz após as tragédias do passado, revela-se terreno fértil para novas formas de intolerância e radicalismo. As guerras que assolam diferentes regiões, o aumento dos discursos de ódio e a disseminação de notícias falsas comprometem o tecido moral e espiritual das sociedades, como destaca Victor (2023). Diante desse cenário, a Organização das Nações Unidas, ao propor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reafirma a urgência de se construir uma paz baseada na justiça, no respeito e na cooperação. Para tratar especificamente desse tema, o ODS 16 - “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” convoca todos os setores da sociedade, inclusive as instituições cristãs, a se tornarem agentes ativos de reconciliação e transformação.

Esse contexto global de instabilidade e crise evidencia a necessidade de repensar os fundamentos éticos que sustentam a convivência humana. A violência contemporânea não se manifesta apenas em sua forma física, mas também simbólica, econômica e ambiental, configurando um fenômeno complexo que atinge as bases da dignidade humana. A fragmentação social, o enfraquecimento dos laços comunitários e a crescente indiferença diante do sofrimento alheio são sinais de uma crise espiritual que transcende as fronteiras das religiões e desafia o sentido coletivo de humanidade. Como lembra Morin (2011), vivemos um momento de metamorfose civilizatória, em que a sobrevivência da espécie humana depende de uma reforma de pensamento e conduta, capaz de restaurar a solidariedade como princípio de vida.

Nesse horizonte, a reflexão teológica ganha renovada relevância ao articular religiosidade e razão e oferecer alternativas baseadas na compaixão, na justiça e na fraternidade. No caso da religiosidade cristã, cuja mensagem central se ancora no amor ao próximo e na reconciliação universal, a contribuição para a paz não se limita ao campo doutrinal, mas se projeta como ação concreta na história. É nesse sentido que a religiosidade cristã, inspirada nas escrituras e particularmente no versículo 18 do capítulo 12 da carta aos Romanos, propõe uma postura que integra culto e vida, fé cristã e compromisso social.

Assim, o presente artigo tem como propósito refletir, em perspectiva teológica, sobre o papel das instituições cristãs, com ênfase nas cristãs, na promoção da paz e da justiça global, tomando como referência o texto bíblico de Romanos 12:18 e os princípios éticos cristãos que nele se expressam. Pretende-se mostrar como a religiosidade cristã, quando compreendida em sua dimensão pública e relacional, pode contribuir para o enfrentamento das crises contemporâneas e para o fortalecimento das estruturas sociais em direção a uma cultura de paz.

A escolha do ODS 16 como eixo de diálogo não é casual. Ele se constitui como um dos pilares dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por reconhecer que não há desenvolvimento possível sem paz, nem paz duradoura sem justiça. Essa meta articula dimensões políticas, sociais e culturais da convivência humana, propondo o fortalecimento de instituições comprometidas e transparentes, o combate à corrupção e à violência e a promoção do acesso universal à justiça. No entanto, tais metas não se efetivam sem um horizonte moral que as sustente, e é justamente aí que a contribuição da teologia e das tradições religiosas se torna indispensável. As religiões, enquanto portadoras de narrativas simbólicas e princípios éticos de longa duração, podem inspirar novos modos de pensar a política, a economia e a convivência social, fundados na solidariedade e na responsabilidade mútua.

A relevância dessa reflexão também se justifica pelo crescente distanciamento entre fé cristã e vida pública. Nas últimas décadas, observa-se uma tendência à privatização da religião, que reduz a religiosidade ao âmbito pessoal, desconsiderando sua força social e cultural. Ao mesmo tempo, emergem fundamentalismos que instrumentalizam a religiosidade em função de interesses políticos ou identitários, distorcendo sua vocação pacificadora. Frente a essas tensões, repensar o papel público da religião é um imperativo ético. A religiosidade cristã, quando desvinculada de projetos de poder, pode se tornar espaço de diálogo, escuta e construção de consensos em meio à diversidade.

Partindo de uma abordagem ensaística, o texto dialoga com autores como Morin (2011), que analisa o destino da humanidade diante do colapso ético, Fraser (2022), ao discutir as novas concepções de justiça em tempos de fragmentação social e Montero (2012), que problematiza a presença pública da religião na esfera contemporânea. Também se consideram contribuições que abordam o papel das religiões nas crises globais como as que Cafezeiro *et al.*, (2020) apresentam e o enfrentamento religioso/espiritual em contextos de sofrimento abordados por Panzini; Bandeira (2007). A essas perspectivas somam-se os testemunhos ético-religiosos de Murad (2019) e Tolstói (1994), cujas obras inspiram uma compreensão da religiosidade como prática transformadora e libertadora.

Dessa forma, este estudo propõe um diálogo interdisciplinar entre os campos da teologia e ciências sociais, reconhecendo que os desafios contemporâneos à paz e à justiça exigem uma resposta que vá além dos limites institucionais ou confessionais. A religiosidade cristã, iluminada pela Palavra e inserida na história, pode oferecer um horizonte de esperança ativa, uma esperança que não se limita à espera passiva, mas que se manifesta na ação concreta em favor da vida e da dignidade de todos. Assim, refletir sobre o chamado cristão à paz, à luz de Romanos 12 e com foco na ODS 16, é também refletir sobre o próprio sentido da humanidade no tempo presente.

Contexto Global e o Desafio da Paz

Como previamente dito na introdução, o início do século XXI revelou a fragilidade de um projeto civilizatório que acreditava ter superado as grandes guerras e alcançado uma estabilidade internacional, como denunciado por Morin (2011). Ele alerta sobre a ilusão de progresso contínuo e destaca que a humanidade se encontra diante de um abismo ético, ambiental e espiritual. Para o autor, a complexidade das crises contemporâneas exige uma “reforma do pensamento” e uma “ética da solidariedade planetária” (Morin, 2011, p. 187). A paz, portanto, não pode ser reduzida à ausência de conflitos, mas deve ser entendida como um processo permanente de reconstrução da convivência. Essa perspectiva amplia a compreensão tradicional de paz ao enfatizar que a convivência humana depende de processos contínuos de diálogo, revisão de práticas sociais e reconstrução das bases que sustentam a vida coletiva. Nesse sentido, pensar a paz implica reconhecer a interdependência entre povos, culturas e ecossistemas, compreendendo que a estabilidade social não pode ser dissociada do cuidado com o planeta e com a dignidade humana.

De fato, os acontecimentos das duas primeiras décadas do século XXI, como os atentados terroristas, os fluxos migratórios massivos, as crises econômicas recorrentes e, mais recentemente, os impactos sociais e psicológicos da pandemia de COVID-19, revelam que a humanidade enfrenta não apenas um colapso político, mas também uma crise de sentido. A promessa moderna de progresso ilimitado deu lugar a um sentimento de vulnerabilidade e insegurança generalizada. Esse cenário evidencia a insuficiência das respostas meramente técnicas e políticas, apontando para a necessidade de uma reconstrução ética e espiritual do mundo comum, como propõe o Morin (2011).

Ao mesmo tempo, esses eventos evidenciam o quanto as estruturas institucionais e os sistemas de governança global ainda se mostram frágeis diante de crises complexas e interligadas. A pandemia, por exemplo, revelou tanto a dependência mútua entre as nações quanto as profundas desigualdades que atravessam o acesso à saúde, à informação e aos recursos básicos de sobrevivência. Assim, a crise contemporânea não se limita ao plano material, mas envolve também a perda de referenciais simbólicos capazes de orientar as sociedades em direção a projetos coletivos mais justos e solidários.

Nesse cenário, o aumento da desigualdade, da intolerância religiosa e da violência política tem comprometido o ideal de fraternidade universal. As guerras atuais não se limitam às fronteiras geográficas, mas se estendem às dimensões simbólicas da vida, produzindo inimigos invisíveis e discursos de exclusão. O colapso ético e a banalização da violência desafiam a própria ideia de humanidade, revelando o esgotamento de modelos que privilegiam o poder sobre a empatia e a dominação sobre a comunhão. As redes digitais e os meios de comunicação contemporâneos também desempenham papel ambíguo nesse processo: ao mesmo tempo em que ampliam as possibilidades de

conexão entre indivíduos e culturas, podem intensificar a polarização e a disseminação de discursos de ódio. Dessa forma, a construção da paz passa igualmente pelo cultivo de uma cultura de diálogo e responsabilidade no uso da palavra pública, reconhecendo o impacto social das narrativas que circulam no espaço coletivo.

Conforme apontado por Morin (2011), a globalização, que poderia ter sido um instrumento de aproximação entre os povos, tornou-se paradoxalmente um espaço de ampliação das desigualdades e da competição. A concentração de renda, a degradação ambiental e a disseminação de ideologias extremistas acentuam os conflitos e fragilizam o pacto civilizatório. Nesse contexto, a cultura do medo e da indiferença ocupa o lugar da solidariedade, e o outro é frequentemente percebido como ameaça, e não como corresponsável pela construção da vida em comum. A ausência de horizontes éticos partilhados torna mais difícil o diálogo intercultural e o fortalecimento das democracias, gerando um círculo vicioso de exclusão e violência. Diante dessa realidade, torna-se urgente repensar os fundamentos das relações internacionais e das práticas sociais que estruturam a convivência global. A superação desse cenário requer não apenas reformas institucionais, mas também uma transformação cultural que valorize a cooperação, a responsabilidade coletiva e o reconhecimento da dignidade de todos os povos.

É nesse contexto que o ODS 16 ganha relevância. Ao propor “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes” (ONU, 2020, p. 19), a ONU reconhece que a paz duradoura só é possível se houver uma base sustentada pela cooperação e pelo respeito à dignidade humana. Entretanto, como lembra Fraser (2022), as injustiças contemporâneas ultrapassam o campo econômico e adentram as dimensões culturais e simbólicas. A autora propõe uma “justiça ampliada”, que considere não apenas a distribuição de bens, mas também o reconhecimento das identidades e o diálogo intercultural (Fraser, 2022).

Essa concepção de justiça é fundamental para compreender os desafios do tempo presente, pois rompe com a lógica reducionista que limita o bem-estar à prosperidade material. A justiça, segundo Fraser (2022), precisa abranger também as esferas da representação política e do reconhecimento social, dimensões sem as quais não há verdadeira inclusão. Assim, a paz e a justiça tornam-se inseparáveis, pois uma paz sem justiça é apenas aparente, e uma justiça sem reconhecimento está fadada ao fracasso. O ODS 16, ao enfatizar instituições eficazes e inclusivas, convoca as sociedades a reconstruírem sua confiança nas estruturas coletivas e, ao mesmo tempo, a cultivarem valores éticos que sustentem essas estruturas.

Dessa forma, a construção da paz global depende de uma postura de alteridade, na qual o outro não é percebido como ameaça, mas como parceiro de sentido. As instituições cristãs, no contexto desse estudo, têm papel crucial nessa tarefa, pois são guardiãs de valores religiosos capazes de inspirar novas práticas de solidariedade, respeito à diversidade e promoção do diálogo interreligioso.

Religião, Diversidade e Diálogo Interreligioso

A diversidade religiosa é um dos traços mais marcantes da humanidade. Em tempos de globalização, as fronteiras simbólicas entre crenças se tornaram mais porosas, mas também mais vulneráveis a conflitos identitários. A religião, que poderia ser espaço de encontro, muitas vezes é manipulada como instrumento de poder ou exclusão. Nesse contexto, Montero (2012) destaca que as religiões, ao ocuparem a esfera pública, tornam-se discursos disputados, sujeitos às tensões da visibilidade e da representação. Segundo a autora, compreender o fenômeno religioso exige pensar as religiões como discursos que se articulam com a linguagem dos direitos, da política e da cultura (Montero, 2012). Assim, o diálogo interreligioso não é mera cordialidade, mas uma forma de reconhecimento mútuo no espaço público. Essa perspectiva permite compreender que o fenômeno religioso ultrapassa a dimensão privada da crença e se insere nos processos sociais de produção de sentidos. Ao se tornarem visíveis na esfera pública, as religiões passam a dialogar com diferentes campos do saber e da vida social, participando da construção de narrativas coletivas sobre justiça, dignidade humana e convivência.

O cenário contemporâneo demonstra que as religiões não desapareceram com a modernidade, como previam algumas teorias da secularização, mas passaram a ocupar novos espaços de expressão e influência. A presença pública da religiosidade assume múltiplas formas como movimentos sociais inspirados em valores espirituais, discursos morais nas arenas políticas e ações de solidariedade conduzidas por comunidades religiosas. Essa visibilidade crescente, porém, também acirra disputas por legitimidade e autoridade simbólica.

Em muitos contextos, observa-se a instrumentalização da religião por projetos políticos excludentes, que distorcem o sentido original das tradições religiosas e geram novos focos de intolerância. Essa ambiguidade torna urgente repensar a função pública da religião, não como poder hegemônico, mas como força de reconciliação e serviço. O desafio contemporâneo consiste em resgatar o potencial humanizador das tradições religiosas, reconhecendo sua capacidade de inspirar práticas de solidariedade, cuidado e promoção da vida. A religião, quando orientada por tais princípios, pode contribuir para fortalecer os laços sociais e promover uma cultura de respeito às diferenças.

Nesse contexto, o pluralismo religioso não deve ser visto como ameaça, mas como oportunidade histórica de aprendizagem recíproca. O encontro entre tradições diversas favorece o reconhecimento das diferenças e o cultivo de uma religiosidade mais aberta, consciente da interdependência humana. As religiões, ao dialogarem entre si, podem reencontrar o que possuem de mais universal, o desejo de sentido, de justiça e de paz. Esse diálogo, longe de diluir as identidades, permite que cada religiosidade se aprofunde em sua própria essência ao reconhecer o outro como interlocutor legítimo. Trata-se de um exercício de humildade espiritual e de maturidade religiosa,

necessário para a construção de uma convivência pacífica num mundo globalizado e fragmentado. Tal processo exige também a disposição de rever práticas e discursos que historicamente contribuíram para a exclusão ou para a deslegitimação de outras crenças. O diálogo interreligioso, portanto, não se limita à convivência pacífica, mas implica um movimento contínuo de escuta, aprendizagem e transformação mútua.

A perspectiva do diálogo propõe que nenhuma tradição detenha o monopólio da verdade, mas todas possam contribuir para a construção da paz. Nesse sentido, a contribuição que a religiosidade cristã pode apresentar é a de reencontrar sua vocação original de serviço e reconciliação. A mensagem de Jesus, centrada no amor ao próximo e na superação da violência, desafia seus seguidores a atuarem como promotores de comunhão. O apóstolo Paulo, em sua carta aos Romanos, sintetiza essa maturidade relacional: “Se possível, quanto depender de vocês, vivam em paz com todos” (Bíblia NVI, Romanos 12:18). Esse princípio convoca as comunidades cristãs a uma religiosidade que ultrapassa as fronteiras confessionais e se abre ao diálogo com outras tradições religiosas e culturais. Assim, a religiosidade cristã é chamada a se expressar não apenas em práticas devocionais, mas também em atitudes concretas de acolhimento, reconciliação e compromisso com o bem comum.

A releitura dessa religiosidade sob a ótica da paz e da justiça exige redescobrir o evangelho como prática pública de reconciliação. Não se trata apenas de um mandamento moral, mas de uma atitude existencial qual seja: viver a religiosidade como serviço e testemunho de fraternidade. Tal perspectiva se opõe às formas de fundamentalismo e exclusivismo religioso que marcam parte do cenário atual, em que essa religiosidade é muitas vezes convertida em instrumento de dominação. O verdadeiro seguimento de Cristo implica compromisso com a dignidade humana e com a superação das estruturas que perpetuam a violência, a desigualdade e a exclusão.

Neste sentido, a religiosidade cristã, quando compreendida como dimensão relacional, pode atuar como força de resistência frente ao individualismo e à indiferença social. Compreende-se que “a espiritualidade é traço importante na construção da resiliência comunitária, favorecendo o apoio mútuo, possibilitando que a sociedade compartilhe suas necessidades, encontre estratégias próprias e desenvolva recursos de enfrentamento às crises” (Cafezeiro *et al.*, 2020, p. 172). Assim, a espiritualidade, aqui tratada em um sentido mais restrito da religiosidade cristã, pode ser compreendida como força que humaniza e reintegra, aproximando pessoas e comunidades em torno de um bem comum. Em outras palavras, ela torna-se um eixo de reconstrução simbólica e social, capaz de resgatar a confiança entre os indivíduos e fortalecer os vínculos de solidariedade, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Contudo, o diálogo interreligioso não deve ser confundido com sincretismo ou neutralidade moral. Ele exige maturidade espiritual, reconhecimento das diferenças

e compromisso moral com a dignidade humana. Nessa seara, o Papa Francisco, na encíclica *Fratelli Tutti*, também reforça essa dimensão, e Victor (2023), ao dialogar entre o documento papal e a proposta da ONU, observa que “a convergência dessas duas perspectivas, uma secular e outra espiritual, ressalta a necessidade de uma abordagem integrada e inclusiva para enfrentar os desafios globais”, sob o horizonte de “não deixar ninguém para trás” (Victor, 2023, p. 23). Assim, a paz é resultado de uma aliança de responsabilidade global, na qual a fé cristã se torna aliada da justiça social.

O apelo do Papa Francisco ao sonho de fraternidade universal ecoa o espírito do ODS 16, ao propor uma paz fundada na justiça, na escuta e na cooperação. Essa convergência entre o discurso religioso e o compromisso político indica que o futuro da humanidade depende da capacidade de integrar razão e religiosidade, técnica e compaixão. Nessa direção, as religiões são chamadas a se tornarem laboratórios de convivência, espaços de educação para a paz e de reconstrução simbólica da confiança social. Em tempos de polarização e indiferença, uma religiosidade dialogal e inclusiva pode oferecer um caminho de superação da violência, inspirando práticas de cuidado e solidariedade concretas.

A contribuição das tradições religiosas para a cultura da paz não se limita às esferas da oração ou da liturgia, mas envolve também ações concretas de mediação de conflitos, defesa dos direitos humanos e apoio a comunidades vulneráveis. Inúmeras experiências interreligiosas no mundo, desde iniciativas de reconstrução social em zonas de guerra até programas educativos baseados na convivência entre crenças, demonstram que o diálogo é possível e frutífero. Essas práticas reafirmam que a paz é uma construção coletiva e que a religiosidade, quando orientada pelo amor e pela justiça, pode se tornar uma força transformadora nas relações humanas.

A compreensão da religiosidade cristã como força que humaniza e reintegra, abre espaço para pensar a religião não como fronteira de separação, mas como ponte de diálogo entre diferentes tradições de fé. Nessa perspectiva, as religiões, em especial as cristãs, podem cooperar entre si e com as instituições civis na elaboração de uma conduta global de corresponsabilidade, que una a busca pela transcendência à prática concreta da justiça. A religiosidade cristã, quando vivida em sua dimensão pública e dialogal, deixa de ser mero refúgio subjetivo e se converte em fonte de compromisso com o bem comum, em sintonia com o ideal de fraternidade universal proposto pela ONU e reafirmado pela tradição cristã. A atuação das instituições religiosas torna-se decisiva para traduzir princípios religiosos em práticas sociais concretas, capazes de promover a justiça, fortalecer a convivência democrática e contribuir para a construção de uma cultura de paz duradoura. Dessa forma, se o diálogo interreligioso expressa o horizonte ético da paz, cabe então examinar como as instituições cristãs, podem encarnar esse ideal no serviço à justiça e à reconciliação social preconizada pela ODS 16.

O Papel das Instituições Cristãs Frente à ODS 16

A presença das instituições cristãs na esfera pública é ambígua: elas podem tanto contribuir para a pacificação quanto reforçar exclusões. Historicamente, muitas instituições cristãs estiveram associadas ao poder político e, em alguns casos, legitimaram violências em nome da fé cristã (Montero, 2012). No entanto, a tradição cristã também abriga experiências de resistência, solidariedade e promoção da dignidade humana. O desafio contemporâneo é recuperar essa dimensão profética de Romanos 12:18, que denuncia as injustiças e anuncia a reconciliação. Tal perspectiva convida essas instituições a revisitarem criticamente sua própria trajetória histórica, reconhecendo erros do passado e reafirmando compromissos com práticas que promovam a vida, a justiça e a paz. Essa revisão histórica é condição necessária para que as instituições cristãs possam atuar com credibilidade na construção de sociedades mais justas e inclusivas.

Essa ambiguidade histórica revela, como observa Montero (2012), que a religião, aqui destacada a cristã, não é um fenômeno isolado da cultura, mas um discurso que se reinscreve continuamente nas dinâmicas sociais e políticas. Assim, quando as instituições cristãs se alinham ao poder, correm o risco de perder sua vocação libertadora; mas quando assumem uma postura crítica e dialogal, tornam-se agentes de transformação humana e social. Essa tensão entre o profético e o institucional acompanha toda a história da religiosidade cristã e reaparece hoje nas disputas em torno do papel público da fé religiosa. É justamente nessa fronteira que se manifesta a dimensão mais autêntica da experiência religiosa: aquela que, inspirada pelo evangelho, busca servir ao bem comum e testemunhar o amor de Deus na história. A atuação pública da religiosidade cristã não deve se orientar pela busca de privilégios institucionais, mas pela disposição de colaborar com outros atores sociais na promoção de valores que favoreçam a convivência democrática e a dignidade humana.

As instituições cristãs dispõem de um capital simbólico e moral que pode ser mobilizado para a construção da paz. Elas alcançam comunidades onde o Estado, muitas vezes, é ausente e possuem uma legitimidade que ultrapassa fronteiras nacionais. Nesse sentido, tornam-se parceiras estratégicas para o atingimento das metas da ODS 16, seja na mediação de conflitos, na promoção da justiça restaurativa ou na educação para a paz. Essa capacidade de presença territorial e de mobilização comunitária é um diferencial que torna as religiões atores essenciais no campo da justiça social. Além disso, sua capilaridade social permite que iniciativas locais de solidariedade e reconciliação se articulem com agendas globais de promoção da paz, ampliando o alcance das ações voltadas ao desenvolvimento humano e à redução das desigualdades.

Em muitas regiões do mundo, são as igrejas, templos, centros espíritas e comunidades de base que garantem o mínimo de amparo humano em meio à precariedade. Por isso, a atuação das instituições cristãs pode preencher lacunas do

Estado e favorecer processos de reconstrução social baseados na solidariedade e na corresponsabilidade. Cafezeiro *et al.* (2020) enfatizam que essa dimensão espiritual, aqui tratada como religiosa, quando aliada à postura da compaixão, gera formas de resiliência coletiva e sustenta o tecido comunitário em tempos de crise. Desse modo, a religiosidade não é um recurso privado, mas uma força pública que potencializa vínculos e estimula a criação de espaços de escuta e acolhimento. Ao promover práticas de cuidado e acolhimento, as instituições cristãs contribuem para fortalecer redes de apoio social que muitas vezes se tornam fundamentais para a sobrevivência e a dignidade de populações em situação de vulnerabilidade.

Ainda, segundo Panzini; Bandeira (2007), a religiosidade pode funcionar como estratégia de enfrentamento (*coping*) em contextos de sofrimento, oferecendo suporte emocional e social que favorece a coesão comunitária. As autoras ressaltam que a fé ou a religiosidade fornece ao indivíduo um sistema de significados que o ajuda a reinterpretar experiências adversas, reduzindo o impacto do estresse e promovendo resiliência (Panzini; Bandeira, 2007). Essa capacidade de ressignificar o sofrimento é essencial para processos de reconstrução social em contextos de pós-conflito. A religiosidade não apenas oferece conforto individual, mas também fortalece a dimensão coletiva da esperança, estimulando atitudes de cooperação e solidariedade entre os membros da comunidade.

Assim, quando se pensa na paz global e na reconciliação, esse papel simbólico e afetivo das instituições cristãs se torna ainda mais evidente. A religiosidade, ao oferecer sentido e pertencimento, atua como mediadora cultural. Em sociedades fragmentadas, o reconhecimento torna-se tão importante quanto a redistribuição, pois sem ele as feridas simbólicas da exclusão permanecem abertas. Nesse sentido, a atuação das comunidades religiosas deve articular ambas as dimensões: o cuidado material e o cuidado simbólico. Essa visão integral de justiça amplia o escopo das políticas públicas e aproxima o discurso religioso do reconhecimento e da dignidade humana. A contribuição das instituições cristãs pode favorecer a construção de ambientes sociais mais inclusivos, nos quais o respeito à diversidade e o reconhecimento das diferenças sejam valorizados como elementos fundamentais da convivência democrática.

Além disso, a ação das instituições cristãs deve se traduzir em políticas concretas de justiça social. Nesse contexto Fraser (2022) adverte que não há paz possível sem o enfrentamento das injustiças estruturais. A paz verdadeira exige redistribuição de poder e reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas. Assim, as igrejas e comunidades religiosas podem atuar como mediadoras culturais, promovendo educação cidadã e diálogo social.

De fato, a justiça social, na perspectiva da ODS 16, não é apenas uma meta técnica, mas um horizonte ético que exige novas alianças entre Estado, sociedade civil e comunidades religiosas. A religiosidade cristã, nesse sentido, pode inspirar

práticas de solidariedade institucionalizadas como programas de inclusão social, projetos educacionais e ações comunitárias voltadas à equidade de gênero e à defesa dos direitos humanos. Ainda nesse contexto, ela deve manter viva a memória da compaixão, tornando-se força crítica frente às estruturas que produzem exclusão. Ao unir religiosidade e cidadania, as instituições cristãs podem contribuir para um novo pacto civilizatório, em que a paz seja fruto de justiça e não mera trégua entre os fortes. Essa articulação entre fé e compromisso social reforça a compreensão de que a religiosidade cristã possui uma dimensão pública capaz de inspirar ações coletivas voltadas à promoção do bem comum.

Dessa forma, a religiosidade, longe de ser refúgio intimista, torna-se prática transformadora como apontam Cafezeiro *et al.* (2020) ao afirmarem que esta possibilita o enfrentamento das crises globais não apenas pela dimensão da religiosidade, mas pela capacidade de mobilizar valores éticos e solidários. Essa dimensão transformadora da fé religiosa aproxima a teologia das ciências sociais, reafirmando seu caráter interdisciplinar e público. E é nesse horizonte público da religiosidade cristã, inspirada no texto de Romanos 12:18, oferece um caminho para a vivência da paz e da justiça no cotidiano.

Perspectiva Cristã da Justiça e Paz e o Texto de Romanos 12:18

O capítulo 12 da carta aos Romanos é uma das sínteses mais belas da ética cristã. O apóstolo Paulo propõe uma religiosidade encarnada, que une culto e vida cotidiana: “Ofereçam seus corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus; este é o culto racional de vocês” (Bíblia NVI, Romanos 12:1). A religiosidade cristã, nesse sentido, não se reduz ao espaço do altar, mas se estende ao mundo, tornando-se compromisso concreto com a justiça e a reconciliação. Essa compreensão amplia o significado do culto religioso, indicando que a verdadeira religiosidade se manifesta na maneira como o indivíduo se relaciona com o outro e com a sociedade. Assim, a fé cristã deixa de ser apenas experiência interior e passa a ser também prática ética que orienta a convivência humana e a construção de relações mais justas.

O texto paulino apresenta o caminho ético cristão de não “retribuir o mal com o mal, de vencer o mal com o bem” (Bíblia NVI, Romanos 12:21), e de buscar a paz “quanto depender de vós” (Bíblia NVI, Romanos 12:18). Essa proposta é radical porque rompe com a lógica da vingança e inaugura uma nova moral, centrada no amor ativo e no perdão. Nesse sentido, Tolstói (1994), ao interpretar o evangelho em sua obra *O Reino de Deus está entre nós*, reconhece nesse princípio o núcleo de uma nova moral universal, na qual a religiosidade cristã não é doutrina mística, mas prática de transformação social. Essa visão aproxima o texto de Romanos 12:18 das metas da ODS 16, pois propõe que a religiosidade autêntica se traduz em justiça e paz. Tal aspecto revela que a ética cristã não se limita à esfera privada da crença, mas assume

implicações sociais e políticas, uma vez que a promoção da paz exige atitudes concretas de reconciliação, justiça e cuidado com o próximo.

O testemunho de Murad (2019), sobrevivente do Estado Islâmico e ativista pela dignidade das mulheres yazidis, reforça a importância de uma religiosidade comprometida com a justiça. Em seu relato, ela afirma: “A fé me manteve viva, mas a justiça é o que me faz seguir” (Murad, 2019, p. 214). Sua história revela que a religião pode ser tanto instrumento de opressão quanto de libertação. A religiosidade cristã, nesse horizonte, é chamada a ser aliada das vítimas e não dos sistemas de poder. Portanto, o texto de Romanos 12, em destaque para o que apresenta o versículo 18, propõe a ética cristã de reconciliação que vai além da religiosidade institucional. Ele convoca as comunidades religiosas e em especial as cristãs a uma conversão humana: transformar o mundo pela prática da misericórdia, da justiça e da solidariedade. Essa conversão implica rever suas práticas, tornando-as mais inclusivas e abertas ao diálogo com o outro. Assim, a religiosidade cristã pode contribuir com a construção de uma cultura de paz, não por meio da imposição de crenças, mas pela vivência concreta do amor. Essa convocação à conversão ética aponta para a necessidade de que as comunidades cristãs repensem continuamente sua atuação social, reconhecendo que a credibilidade do testemunho religioso depende da coerência entre discurso e prática.

A dimensão prática dessa religiosidade, ao unir mística e compromisso humanitário, é também como caminho de redistribuição simbólica e material do poder. Quando a religiosidade cristã se traduz em ações voltadas ao reconhecimento das desigualdades estruturais, ela rompe com a alienação religiosa e se torna força de transformação social. Nessa perspectiva, a ética cristã de Romanos 12:18 pode ser lida como um chamado à responsabilidade coletiva de busca por justiça e paz. A vivência dessa ética implica compreender que a paz não é apenas ausência de conflito, mas resultado de relações sociais orientadas pela equidade, pelo respeito mútuo e pela valorização da dignidade humana.

O horizonte ético cristão paulino, portanto, não se limita à dimensão individual da piedade, mas se projeta como ação comunitária e política. A prática do diálogo, do bem e o cuidado mútuo, recomendados pelo apóstolo, ecoam nas propostas de uma cidadania solidária, em sintonia com os objetivos da ODS 16. O que reforça a observação de Victor (2023), ao afirmar que a construção da paz requer alianças entre diferentes esferas política, civil e religiosa, sob o princípio de que “ninguém deve ser deixado para trás”. Assim, a religiosidade cristã, quando inspirada pelo amor universal, torna-se mediação entre fé cristã e justiça, promovendo um tipo de engajamento que transcende as fronteiras confessionais e se inscreve no horizonte da fraternidade global. Essa convergência entre fé e responsabilidade social revela que a religiosidade cristã pode contribuir para fortalecer práticas de convivência democrática e de cooperação entre diferentes grupos sociais e culturais.

Cafezeiro *et al.* (2020) complementam essa leitura ao afirmarem que a religiosidade, quando vivida como valor público, amplia a capacidade humana de lidar com crises e reconstruir laços de pertencimento. Essa leitura das autoras dialoga diretamente com o recorte bíblico, pois a fé cristã vivida em comunhão gera resiliência e fortalece a esperança, transformando sofrimento em aprendizado coletivo. Em contextos de polarização e violência simbólica, a postura religiosa proposta por Romanos 12:18 se apresenta como antídoto ao ódio e ao fechamento identitário. A religiosidade cristã pode favorecer processos de reconciliação social ao incentivar atitudes de escuta, empatia e reconhecimento da dignidade do outro.

Dessa forma, a ética cristã proposta por Paulo pode ser compreendida como um projeto pedagógico e social, no qual a religiosidade cristã se traduz em formação de consciência crítica. Educar para a paz, nesse sentido, é educar para o reconhecimento da humanidade do outro. Portanto, Romanos 12:18 não apenas expressa um ideal de postura pacificadora, mas delineia uma agenda de engajamento humano que inspira ações concretas de justiça e reconciliação. Trata-se de uma religiosidade que não se refugia na transcendência, mas desce ao terreno da história, assumindo a complexidade dos conflitos humanos e propondo caminhos de reconciliação. Nessa direção, a religiosidade cristã, na proposta de Romanos 12:18 se torna linguagem pública da justiça e paz, não como imposição doutrinária, mas como gesto político e cultural de reconhecimento. A fé cristã, quando vivida em sua dimensão ética e comunitária, pode contribuir para a formação de sujeitos comprometidos com a promoção da paz e com a construção de sociedades mais justas e solidárias.

Conclusão

Diante dos desafios humanitários, sociais e religiosos que marcam o início do século XXI, a reflexão teológica aqui desenvolvida reafirma que a construção da paz e da justiça global, conforme proposto pela ODS 16, exige mais do que políticas institucionais, requer uma conversão não religiosa, mas moral da humanidade. A análise realizada demonstra que as instituições cristãs, detêm um papel decisivo nesse processo, pois são portadoras de um patrimônio ético e simbólico capaz de inspirar novas práticas de convivência e solidariedade. Esse patrimônio não se limita a tradições doutrinárias ou rituais religiosos, mas inclui também experiências históricas de cuidado, acolhimento e compromisso social que marcaram a presença cristã em diferentes contextos culturais. Ao longo da história, comunidades cristãs contribuíram para a formação de práticas educativas, assistenciais e comunitárias que, ainda hoje, permanecem como referência de solidariedade e serviço ao próximo.

Contudo, para que cumpram essa vocação, é necessário que se desfaçam de heranças autoritárias e assumam o testemunho profético da fé cristã como força pública de transformação e reconciliação. Essa conversão moral implica reconhecer

que os desafios contemporâneos não podem ser enfrentados apenas por meio de estruturas institucionais ou políticas públicas, mas exigem também uma mudança profunda nas formas de pensar, agir e relacionar-se. Nesse sentido, a religiosidade cristã é chamada a redescobrir sua dimensão pública e humanizadora, orientando suas práticas para a promoção da dignidade humana e para a construção de relações sociais mais justas e solidárias. Tal redescoberta passa igualmente pelo fortalecimento de práticas comunitárias de escuta, diálogo e cooperação, nas quais a fé se manifesta como experiência de encontro e cuidado mútuo. Quando vivida dessa forma, a religiosidade deixa de ser apenas identidade cultural ou expressão privada de crença e se torna fonte de inspiração para a construção de vínculos sociais mais fraternos.

O diálogo entre teologia e as ciências sociais evidenciou que a paz não é mero ideal abstrato, mas processo histórico que demanda enfrentamento das injustiças estruturais, redistribuição de poder e reconhecimento das diferenças. Assim, a religiosidade cristã, iluminada pelo texto de Romanos 12:18, oferece um horizonte que une fé e ação, culto e compromisso social. Nesse aspecto, “viver em paz com todos” não significa passividade diante do mal, mas engajamento ativo na construção de relações justas, fraternas e inclusivas.

Tal compreensão reafirma que a ética cristã não se limita ao âmbito individual da espiritualidade, mas se projeta como responsabilidade coletiva, capaz de inspirar práticas sociais voltadas à superação da violência, da desigualdade e das diversas formas de exclusão que marcam o cenário contemporâneo. Assim, a religiosidade cristã pode contribuir para fortalecer processos educativos e culturais que promovam a convivência respeitosa entre diferentes grupos sociais, religiosos e culturais, reconhecendo que a paz duradoura depende da capacidade humana de dialogar, cooperar e construir soluções comuns para desafios compartilhados.

A convergência entre os princípios da ODS 16 e o chamado cristão à paz revela uma agenda comum: ambas as propostas apostam na centralidade da dignidade humana e na responsabilidade coletiva de cuidar da vida. Cabe, portanto, às instituições cristãs traduzirem sua fé em práticas concretas de justiça restaurativa, educação para a paz e defesa dos vulneráveis. Em um mundo marcado pela fragmentação, a religiosidade cristã pode, e deve, ser um fermento de unidade e esperança. Mais do que um ideal religioso, a paz torna-se tarefa histórica compartilhada, que convoca todos a cooperarem na construção de um futuro baseado na justiça, na solidariedade e no reconhecimento da dignidade de todas as pessoas. Nesse horizonte, a atuação das comunidades cristãs pode favorecer a criação de espaços de encontro e cooperação entre diferentes atores sociais, fortalecendo iniciativas que promovam inclusão, diálogo e respeito às diversidades. Ao assumir esse compromisso público, a religiosidade cristã reafirma sua relevância no cenário contemporâneo como força ética e cultural capaz de inspirar práticas de cuidado com a vida e com o bem comum. Como afirma Paulo,

“quanto depender de vós, tende paz com todos”, eis o chamado a uma religiosidade que se faz pública, ética e transformadora, comprometida com o sonho divino de um mundo reconciliado.

Referências

BÍBLIA NVI. *Nova Versão Internacional*. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/livros>. Acesso em: 30 out. 2025.

CAFEZEIRO, Amanda *et al.* A espiritualidade no enfrentamento de crises globais. *Revista Pró-Universus*, Vassouras, RJ, v. 11, n. 2, p. 168-173, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/2367>. Acesso em: 10 out. 2025.

FRASER, Nancy. *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/SkS49xHZvjKxKvpS3Cg4gbD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

MORIN, Edgar. *Rumo ao abismo?: ensaio sobre o destino da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MURAD, Nádia. *Que eu seja a última: minha história de cativo e minha luta contra o Estado Islâmico*. Barueri/SP: Novo Século Editora, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: ONU Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

PANZINI, Raquel Gehrke; BANDEIRA, Denise Ruschel. Coping (enfrentamento) religioso/espiritual. *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 126-135, jan. 2007. Disponível em: <https://revistas.usp.br/acp/article/view/17107/19102>. Acesso em: 17 out. 2025.

TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está entre nós: o cristianismo apresentado não como uma doutrina mística, mas como uma nova moral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

VICTOR, Cilene. Não deixar ninguém para trás – diálogo entre a Nossa Agenda Comum e a Encíclica Fratelli Tutti na abordagem do jornalismo humanitário e de paz. *PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM*, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 17-34, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/715/690>. Acesso em: 18 out. 2025.